

Relatório de Atividades



2024

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Nome: União popular de Apoio à Gestão da saúde e da Assistência Social-UNIPOUPA

1.2 CNPJ: 07.689.368/0001-58

1.3 Endereço: Rua Santa Helena, 67, Putiú, Quixadá, Ceará, CEP 63.905-275

1.4 e-mail institucional: unipoupa@hotmail.com

1.5 Representante legal: Antônio Eronilton Pereira Buriti; CPF: 737.471.903-59; RG: 2374925 SSP/CE; data de nascimento: 22/12/1975; cargo: Presidente; e-mail: eroniltonburiti@hotmail.com

1.6 Endereço: Rua Santa Helena, 67, Putiú, Quixadá, Ceará, CEP 63.905-275

2. FINALIDADES ESTATUTÁRIAS

A UNIPOUPA tem por finalidade apoiar a gestão da saúde, da assistência social e das políticas ambientais, por meio da execução de atividades para otimizar os serviços ofertados nestas áreas, visando maior abrangência das políticas desenvolvidas, na perspectiva de melhorar a qualidade da vida humana. Para cumprir com suas finalidades, a UNIPOUPA atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e com órgãos do setor público que atuam em áreas afins, através de celebração de termo de colaboração ou termo de fomento, conforme legislação pertinente. No desenvolvimento de suas atividades, a UNIPOUPA não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião, e respeitará e fará ser respeitada todas as adversidades.

Ao longo de sua história, a UNIPOUPA tem executado suas finalidades através de parcerias com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Quixadá, com o Instituto Compartilha, com a Fundação Cultural Educacional Popular em Defesa do Meio Ambiente (Fundação CEPEMA) e com várias associações comunitárias e lideranças locais nos municípios de Quixadá, Banabuiú, Ibaretama e Choró.

3. OBJETIVOS

3.1 GERAL

Prestação de serviços relevantes para a melhoria da qualidade de vida humana.

3.2 ESPECÍFICOS

Ofertar serviços nas áreas de saúde, assistência social e meio ambiente por meio de parcerias; otimizar o fluxo dos serviços públicos das áreas em que se insere; executar programas e projetos voltados para a melhoria dos serviços essenciais de saúde, assistência social e meio ambiente; possibilitar maior acesso as políticas públicas, especialmente para populações em situações de vulnerabilidade social.

4. ORIGEM DOS RECURSOS

No exercício de 2024, a UNIPOUPA executou suas atividades utilizando recursos de ordem financeira obtida através da doação de seus associados e de parceiros, e de ordem humana obtida através de doação voluntária de serviços prestados por pessoas físicas, e por meio de parcerias firmadas com organizações não governamentais e governamentais de forma indireta.

5. CAPACIDADE INSTALADA

A entidade não disponibiliza de grande aparato estrutural próprio, dispondo de uma sede cedida, que contêm recepção, duas salas de coordenações, três banheiros e dispõe de equipamentos básicos para a execução de suas finalidades. No tocante ao funcionamento institucional, a UNIPOUPA possui um Núcleo Administrativo composto de Diretoria, Coordenação da Saúde, Coordenação da Assistência Social e Coordenação de Meio Ambiente. Para a execução das atividades planejadas no exercício 2024, a UNIPOUPA utiliza as estruturas físicas e sociais dos parceiros envolvidos na execução dos projetos que a entidade definiu como prioridade institucional. Dentre os parceiros, estão Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Quixadá e a Bodega Ecológica de Quixadá, esta última passou a ter gestão administrativa de suas atividades pela Unipoupa a partir do ano de 2023.

6. IDENTIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS REALIZADOS

6.1 - PROGRAMA SAÚDE

6.1.1 - RESUMO DA EXECUÇÃO

O Programa Saúde teve como finalidade compreender os principais problemas coletivos vividos na área da saúde, espacialmente para os moradores da zona rural de Quixadá, baseado em um leve recorte de pesquisas de campo realizadas por uma equipe técnica específica.

As políticas de saúde na zona rural em todo o Brasil, historicamente, são as mais difíceis de serem acessadas. A principal razão é que o Sistema Único de Saúde-SUS condiciona o funcionamento dos serviços baseado em diretrizes e normas que visam a entrega destes serviços de modo em que os atendimentos tenham um acompanhamento mínimo para reduzir os problemas de saúde locais, ou seja, segue um formato em que os serviços sejam ofertados levando em conta que não basta se basear na política de distribuição de medicamentos sem que haja um diagnóstico dos problemas de saúde dos pacientes.

Em se tratando do modelo de acompanhamento local dos problemas, a prática mais presente ainda é a de utilização dos serviços de Agentes Comunitários de Saúde. Isso porque muitas das vezes acaba se tornando uma dificuldade constante para os gestores locais, garantir com que os serviços estejam dentro das normas específicas do SUS, como por exemplo, contratação da equipe médica nos padrões e normas do sistema.

O objetivo geral deste programa foi difundir técnicas para melhorar a saúde humana, equilibrada com meios e costumes de vida local. Os objetivos específicos foram baseados em ofertar acompanhamento sistemático por uma equipe mínima que possibilitasse a redução dos problemas enfrentados pelo público assistido, difundir modos e costumes locais de cuidados com a saúde, analisar possibilidades de mudanças na cultura local de cuidados com a saúde, avaliar as condições de introdução de técnicas inovadoras sobre cuidados com a saúde, preparar culturalmente os beneficiados para adoção de práticas novas sobre cuidados com a saúde.

A origem dos recursos utilizados na execução do programa foi própria, por meio de contribuições dos associados, e doados, por meio de parcerias com o Sindicato dos

Trabalhadores Rurais, com o Instituto Compartilha e com as associações comunitárias. Para realização das atividades foram utilizados como infraestrutura: Material pedagógico e de oficina, equipamentos de processamento de informações, transporte de equipe técnica, salas para reuniões.

O público-alvo foi a população do meio rural em situação mais vulnerável, limitada na capacidade de atendimento de 10(dez) famílias, totalizando 50(cinquentas) pessoas. O formato de atendimento utilizado na execução do projeto consistiu na elaboração de um calendário de visitas técnicas de análise das situações e elaboração de recomendações. O calendário de visitas registrou 03(três) visitas periódicas para cada família assistida, distribuídas em intervalos de 03(três) meses entre si.

Na execução foram utilizados recursos financeiros obtidos da doação dos associados e das associadas da entidade, e dos próprios profissionais envolvidos nas atividades. Os recursos humanos que formaram a equipe técnica do projeto continham técnico de enfermagem, agentes de apoio, técnicos administrativos, assessores.

A abrangência territorial foi a cidade de Quixadá, estando os beneficiários localizados nos distritos de Tapuiará e Várzea da Onça. As localidades atendidas foram Lagoa da Jurema, Guarujá, Lagoa de São José, Vila Nova. A execução se deu no período de janeiro à dezembro.

As atividades realizadas tiveram monitoramento e avaliação ocorrendo através de comitê formado com a participação de parceiros como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Instituto Compartilha e associações comunitárias. O comitê de monitoramento reuniu-se em 03 (três) momentos distintos para analisar as informações prestadas pela equipe técnica, e para direcionar encaminhamentos necessários no tocante a execução.

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE

O Projeto Práticas Integrativas e Complementares em Saúde propôs-se na implantação de ideias inovadoras na área da saúde, visando atendimento para pessoas em situação de vulnerabilidade social. O intuito geral da execução buscou a mesclagem de práticas da naturopatia com os costumes locais.

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) são abordagens terapêuticas que têm como objetivo prevenir agravos à saúde, a promoção e

recuperação da saúde, enfatizando a escuta acolhedora, a construção de laços terapêuticos e a conexão entre ser humano, meio ambiente e sociedade.

Atualmente são 29(vinte e nove) terapias contempladas na legislação brasileira e oferecidas pelo SUS, dentre elas destaca-se a Acupuntura, uma terapia milenar de origem chinesa, que utiliza agulhas para estimular pontos e meridianos do corpo que, uma vez equilibrados, minimizam problemas emocionais e físicos.

O objetivo geral deste projeto foi focado para disseminação das técnicas de PICS para uma saúde humana equilibrada com meios e costumes de vida local. Os objetivos específicos foram ofertar oportunidades para a percepção do atual formato de cuidados com a saúde, discutir os modos e costumes locais de cuidados com a saúde, analisar possibilidades de mudanças na cultura local de cuidados com a saúde, avaliar as condições de introdução de técnicas inovadoras sobre cuidados com a saúde, preparar culturalmente os beneficiados para adoção de práticas novas sobre cuidados com a saúde.

As atividades foram custeadas com recursos próprios, adquiridos por meio de contribuições dos associados e/ou doados por meio de parcerias com o sindicato dos trabalhadores rurais, com o Instituto Compartilha e com as associações comunitárias.

A infraestrutura utilizada foi composta de material pedagógico e de oficina, equipamentos de processamento de informações, transporte de equipe técnica, salas de reuniões e outros.

O público-alvo foram agricultores e agricultoras familiares, selecionados a partir do indicador de vulnerabilidade social.

A capacidade de atendimento ficou limitada a 10(dez) famílias, com abrangência não superior a 50(cinquentas) pessoas.

O formato de atendimento optou por realizar visitas técnicas para análise das situações, seguido de agendamento de atendimento e elaboração de recomendações.

O quadro de recursos humanos utilizado nas atividades foi composto um naturopasta, uma enfermeira, uma biomédica, e cinco agentes de apoio. Todos os profissionais prestaram seus serviços de forma voluntária.

As atividades foram centralizadas no município de Quixadá e foram executadas no período de janeiro à dezembro.

O monitoramento e a avaliação das atividades ocorreram em formato de comitê local com a participação de parceiros como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Instituto Compartilha e associações comunitárias.

6.2 - PROGRAMA ASSISTÊNCIA SOCIAL

6.2.1 - RESUMO DA EXECUÇÃO

O Programa de Assistência Social disponibilizou serviços de assessoria nas áreas contábil e jurídica para organizações sociais do município de Quixadá, além da assistência para a segurança alimentar.

O centro desse projeto é criar mecanismos para pensar a política social para além do tradicional âmbito, como mera estratégia de acomodação de conflitos, privilegiando seu potencial político-emancipatório. Procura ainda contribuir na análise das políticas sociais na atualidade, no que se refere às possibilidades ou interdições, enquanto estratégias de combate à desigualdade e de garantia de direitos, lastreada pela disputa política do excedente expropriado das massas.

O que se percebe atualmente nas organizações da sociedade civil é que a dificuldade de reproduzir a vida não gera condições automáticas para conscientização e mobilização, capazes de nutrir de convicção e estímulo a expectativa para a participação, aí sim é mais urgente e necessário o trabalho da política de assistência social na perspectiva do protagonismo popular, se pretendemos dotar de possibilidades a luta contra a desigualdade e a favor da garantia de direitos sociais plenos e universais.

O objetivo geral foi a disseminação e o aprimoramento de conhecimentos gerais para o fortalecimento das organizações da sociedade civil. Os objetivos específicos foram prestar assessoria contábil e jurídica na formalização das organizações sociais não formalizadas, ofertar assessoria para o aprimoramento dos conhecimentos sobre organizações sociais, contribuir nas reuniões, cursos e seminários para o nivelamento de conhecimentos gerais sobre o terceiro setor, e disseminar a Lei 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

A origem dos recursos utilizados foi de ordem própria, por meio de contribuições dos associados, e também de ordem de terceiros, adquiridos por Doação, por meio de

parcerias com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com as associações comunitárias.

Foram utilizados como infraestrutura nas atividades: material pedagógico e de oficina, equipamentos de processamento de informações, transporte de equipe técnica, salas de reuniões, gêneros alimentícios e outros materiais.

O público-alvo deste projeto foram representantes das organizações da sociedade civil do município de Quixadá.

A capacidade de atendimento abrangeu 30(trinta) organizações sociais e o formato de atendimento foi composto de atendimento presencial, visitas técnicas, participação em reuniões, seminários e outros eventos da sociedade civil.

O quadro de recursos humanos utilizado foi composto por um advogado, um contador, e dois técnicos em secretaria geral.

O projeto teve abrangência territorial no município de Quixadá e foi executado no período de janeiro a dezembro de 2024.

O monitoramento e a avaliação das atividades se deram com a participação de parceiros como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e associações comunitárias.

SEGURANÇA ALIMENTAR

O Projeto Segurança Alimentar promoveu ações para fortalecer a discussão sobre a cadeira de Segurança Alimentar no município de Quixadá.

Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

No Brasil atual, o acesso a esta e a outras necessidades básicas, como vestuário, habitação, educação e assistência à saúde, depende predominantemente da renda que o indivíduo ou sua família dispõe e dos preços a que estes bens e serviços são vendidos.

As famílias mais pobres gastam a maior parte de sua renda com a alimentação. A capacidade de acesso aos alimentos é, assim, elemento definidor da condição de vida da maior parte da população brasileira.

Entre o final de 2021 e início de 2022 mais da metade da população brasileira não tinha assegurado o seu direito humano e constitucional à alimentação adequada. Eram 125,2 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar, resultado de um aumento de 7,2% quando comparado com dados 2020 (I VIGISAN, 2021) e de 60%, com a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017/2018 (IBGE, POF 2019).

No contexto da insegurança alimentar, a já conhecida e permanente desigualdade social no Brasil apontou que o flagelo da fome era mais frequente no Norte (25,7%) e Nordeste (21%) do país.

Entre famílias com a pessoa de referência de cor preta ou parda a fome atingia 18,1% delas e quando do sexo feminino 19,3% dos domicílios. A fome também estava presente em famílias de baixa renda, 43% entre aquelas com renda média per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, de 36% quando havia desemprego da pessoa responsável.

É importante salientar que a fome no Brasil, ainda que tenha sido quase eliminada como expressão populacional entre 2004 e 2013, é uma condição histórica que nunca deixou de impactar a vida de expressivo segmento da população brasileira.

O objetivo geral do projeto norteou para a implantação da política de segurança alimentar desenvolvido pela entidade, por meio de parceria com instituições governamentais e não governamentais. Os objetivos específicos foram balizados por diagnosticar sobre a concentração dos povos em situação vulnerável do município; criar e estruturar o modelo de cozinha solidária; distribuir alimentação pronta para pessoas em situações de maior vulnerabilidade social.

A origem dos recursos utilizados no projeto foi própria, obtida por meio de contribuições dos associados, de doações de parceiros, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as associações comunitárias, públicos, por meio de formalização com governos através das políticas de enfrentamento a fome.

A infraestrutura utilizada no projeto compreendeu bens e materiais de cozinha, água e energia elétrica, equipe técnica e equipe de cozinha, gêneros alimentícios e espaços físicos. O projeto teve como público-alvo a população em situação de vulnerabilidade social do município de Quixadá, formado basicamente por catadores e recicladores

da cidade. O projeto beneficiou diretamente 100(cem) pessoas, com a distribuição de uma refeição diária, em cinco dias da semana.

Os recursos financeiros utilizados na execução foram da parceria com o Instituto Antônio Conselheiro-IAC, gestor do Programa Ceará Sem Fome, do Governo do Estado do Ceará. Os recursos humanos utilizados foram cozinheiros, cozinheiras, técnicos administrativos.

A abrangência territorial do projeto se deu na cidade de Quixadá, ficando distribuído por vários bairros para atender o público-alvo citado. A execução se deu no período de janeiro à dezembro de 2024, sendo que não houve paralização e o projeto continuará no ano seguinte.

As atividades do projeto foram monitoradas e avaliadas pelo comitê de controle do Programa Ceará Sem Fome e pelos parceiros como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e associações comunitárias.

6.3 - PROGRAMA MEIO AMBIENTE

6.3.1 - RESUMO DA EXECUÇÃO

O Programa de Meio Ambiente fortaleceu o engajamento de atores sociais nas discussões sobre meio ambiente no município de Quixadá, tendo em vista que a cidade fica localizada em área estratégica do semiárido brasileiro e que o envolvimento popular no debate das políticas ambientais é uma questão essencial para a consolidação de um processo de planejamento para o desenvolvimento equilibrado entre homem e natureza.

A crise climática já está aqui. Nosso fracasso em enfrentá-la escancara a fragilidade da sociedade que construímos. Nosso modelo de desenvolvimento, de produção de alimentos e de energia, nossas formas de deslocamento e, sobretudo, nossa estratificação social, que concentra no topo as decisões sobre tudo isso, são a causa profunda de um problema desastroso, que estamos obrigados a enfrentar imediatamente.

O Brasil é um país que foge da regra das termelétricas como a principal fonte poluidora. Aqui, a maior causa de emissões de gases estufa é o desmatamento.

Tradicamente, o cenário de devastação dos biomas se agrava a cada ano. Segundo o último relatório do Mapbiomas, a devastação cresceu 14% no país em 2020. Praticamente todo o desmatamento registrado foi ilegal. Todos os biomas sofreram alta de desmatamento em comparação a 2019. O avanço criminoso sobre as florestas constitui também um cenário de violência contra os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que habitam esses territórios. Na contramão do mundo, que reduziu 7% das emissões de gases em 2020, o Brasil aumentou 9,5%, essencialmente por conta do desmatamento.

O objetivo geral deste programa foi mobilizar formadores de opinião para o debate das questões ambientais locais. Os objetivos específicos focaram para articular lideranças comunitárias na formulação de políticas ambientais locais, incentivar a participação das organizações sociais no conselho municipal de meio ambiente, contribuir para a elaboração de propostas de políticas ambientais a serem implantadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e interagir com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a resolução de problemas ambientais elencados nas discussões do projeto.

A origem dos recursos utilizados foi de ordem própria, adquiridos por meio de contribuições dos associados, e também por doações de terceiros, por meio de parcerias com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com a Fundação CEPEMA, lideranças comunitárias e atores locais.

A infraestrutura utilizada foi material pedagógico e de oficina, equipamentos de processamento de informações, transporte de equipe técnica, salas de reuniões e outros materiais básicos.

O público-alvo do projeto foram as lideranças comunitárias e atores locais envolvidos nas discussões ambientais da região. O projeto atendeu 30(trinta) pessoas.

Os recursos humanos utilizados foram dois Agentes de Agricultura Ecológica e três técnicos em processamento de informações agrícolas.

A abrangência territorial do projeto foi limitada ao município de Quixadá, no período de janeiro a dezembro de 2024.

O monitoramento e a avaliação das atividades se deram com a participação de parceiros como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Fundação CEPEMA, lideranças comunitárias e atores locais.

BODEGA ECOLÓGICA

A Bodega Ecológica é um empreendimento social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Quixadá e visa a oferta de produtos saudáveis, de base agroecológica, artesanal, regional, que propiciam uma conexão direta entre produção e consumo responsável. Tem por finalidade incentivar as culturas locais, tradicionais, que despertem na sociedade um maior sentimento pelos valores e costumes sertanejos, como alternativa de construção de relações sociais positivas no âmbito da luta pelas transformações socio-económicas, no intuito de reduzir as desigualdades de classes e promover o bem estar comum.

A Bodega Ecológica “nasce” a partir da Feira Agroecológica e Solidária de Quixadá. A feira ocorria em praças públicas da cidade e seu público, tanto os expositores como os consumidores, temiam pela cessão das atividades caso houvesse uma decisão por parte da prefeitura em não permitir que as exposições permanecessem nesses locais, o que certamente interromperia toda a sistemática. Surge nesse período a oportunidade por meio de edital do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com ações no Brasil através do Programa de Pequenos Projetos Ecossociais (PPP-ECOS), coordenado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza-ISPN, de Brasília-DF. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais decide concorrer ao edital e solicita junto à UNIPOUPA, a elaboração do projeto técnico que compreendesse toda a dinâmica da produção agroecológica e da comercialização solidária. A UNIPOUPA, com vasto conhecimento a cerca dessas políticas e da estrutura do sindicato, montou um super projeto que foi aprovado, tanto na edição principal do referido edital como na edição de apoio suplementar, uma espécie de “premiação” para incentivar os projetos que apresentaram os melhores resultados após sua execução.

O objetivo geral foi a articulação das camadas sociais para o enfrentamento e a contenção do avanço das práticas produtivas com utilização de agrotóxicos. Os objetivos específicos visaram reorganizar o grupo de produtores e produtoras feirantes, articular a entrada de novos participantes e novas participantes ao grupo, reestruturar os equipamentos para realização de feiras, elaborar e executar o calendário de feiras agroecológicas.

Estudos científicos no mundo todo têm evidenciado a relação entre o uso de agrotóxicos e diversas doenças, como: leucemias e outros cânceres; alterações neurológicas (como o Mal de Parkinson); lesões no fígado, pele e pulmão; alergias, alterações hormonais, problemas comportamentais e de saúde mental.

O Brasil é líder mundial do uso de agrotóxicos. Os efeitos desses venenos na saúde humana são devastadores. Segundo a “Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida”, rede que reúne diversas organizações da sociedade civil e movimentos populares, 20% dos agrotóxicos que consumimos são altamente tóxicos.

Segundo o levantamento inédito feito pela Agência Pública e Repórter Brasil, com dados de 2019 a março de 2022 do sistema de notificações do Ministério da Saúde, mostra que essas intoxicações levaram a 439 mortes — o que equivale a um óbito a cada três dias.

A origem dos recursos utilizados na execução do projeto foi própria, obtida por meio de contribuições dos associados, de doações, obtidas por meio de parcerias com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A infraestrutura do projeto contou barracas e materiais de feiras, sede física da Bodega Ecológica, transportes.

O público-alvo do projeto foram os produtores e as produtoras agroecológicos da região, distribuídos nos municípios de Araciaba, Banabuiú, Choró, Ibaretama, Ocara, Quixadá e Quixeramobim. O projeto contemplou em 2023 a quantidade de 28(vinte e oito) produtores e produtoras feirantes, distribuídos nos municípios citados.

A equipe de recursos humanos do projeto é formada por agentes de agricultura ecológica, técnicos agrícolas, técnicos administrativos, coordenações administrativas, dentre outros.

6.4 - PROGRAMA GRATUIDADES

6.4.1 - RESUMO DA EXECUÇÃO

No Terceiro Setor, denomina-se gratuidade todo o esforço e dispêndios realizados em projetos dos quais não se espera a mesma realização (recebimento) de receita que a de um projeto semelhante nas condições normais do negócio. O Programa Gratuidades 2024 teve como atividades a disponibilização de serviços no município de Quixadá, por meio de ações conjuntas com parceiros.

A gratuidade está normalmente relacionada aos esforços das entidades do Terceiro Setor, especialmente àqueles prestados de forma gratuita ou parcialmente gratuita, conforme definido em sua missão e estatuto social, na prestação serviços essenciais para comunidade nas áreas de saúde, educação e assistência social. Normalmente, a concessão de gratuidade está ligada aos programas e projetos sociais das entidades, de forma benéfica, objetivando a promoção social humana.

Nesse sentido, ressaltamos que a contabilidade precisa expressar e evidenciar de modo claro, preciso e transparente toda ação econômica, financeira e patrimonial voltada ao atendimento de ações prestadas com gratuidade, sejam elas de caráter filantrópico, assistencial ou de qualquer outra forma que esteja voltada à ação social.

A gratuidade não é somente aplicável à beneficência, mas a todos os serviços e ações assistenciais que a organização presta à coletividade, que a caracterizam como entidade social sem fins lucrativos, devendo ser apurada e contabilizada na competência correta em que ocorre, ou seja, à medida da realização das despesas.

O objetivo geral foi a oferta de serviços básicos de baixa complexidade, realizados em atividades pontuais. Os objetivos específicos tiveram como foco verificar o interesse por serviços básicos de saúde no meio rural, analisar o acesso aos serviços básicos de saúde no meio rural, incentivar a procura aos serviços básicos de saúde, contribuir para a elevação dos indicadores dos cuidados básicos de saúde no meio rural.

A origem dos recursos foi de ordem própria, por meio de contribuições dos associados; de doações, por meio de parcerias com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com o Instituto Compartilha, associações comunitárias e lideranças locais.

A infraestrutura das atividades foi composta de material pedagógico e de oficina, equipamentos de processamento de informações, transporte de equipe técnica, salas para consultas de enfermagem e outros materiais.

O público-alvo foram agricultores e agricultores familiares e pessoas em situações vulneráveis. A capacidade de atendimento deste projeto limitou-se a 200(duzentas) pessoas. A abrangência territorial limitou-se ao município de Quixadá, e o período de execução se deu de janeiro a dezembro de 2024.

O quadro de recursos humanos envolvido nas atividades foi composto de uma enfermeira, um naturopasta, cinco técnicos de apoio e diversas lideranças locais.

O processo de monitoramento e avaliação das atividades se deu com a participação de parceiros como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Instituto Compartilha e as lideranças comunitárias locais.

7. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da instituição, declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas neste documento são expressão da verdade e possuem Fé Pública.

Quixadá, CE, 27 de fevereiro de 2025.

ANTONIO ERONILTON PEREIRA BURITI
PRESIDENTE DA UNIPOUPA